



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**P A R E C E R N.º 018/2024, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,**  
**LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

Ao Projeto de Lei n.º 019/2024.

Autores: Cristiane Giangarelli e Mirele Paula Cetto Leite.

Ementa: dispõe acerca da obrigação de fixação de cartazes informativos contra abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na rede pública e particular de ensino no Município de Guaíra, na forma especificada.

Relatoria: Vereador Luis Ferroquina.

Conclusão: favorável.

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de Iniciativa das Vereadoras Cristiane Giangarelli e Mirele Paula Cetto Leite, “dispõe acerca da obrigação de fixação de cartazes informativos contra abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na rede pública e particular de ensino no Município de Guaíra, na forma especificada”.

Segundo a justificativa apresentada no Projeto, o projeto em questão propõe a obrigatoriedade de colocar cartazes informativos sobre abuso sexual de crianças e adolescentes nas escolas públicas e privadas de Guaíra. Define abuso sexual como qualquer ato de natureza erótica, com ou sem contato físico, entre um adulto ou adolescente mais velho e uma criança ou adolescente, dentro ou fora de casa. Exploração sexual visa lucro financeiro por meio de prostituição, turismo sexual, tráfico ou pornografia. Destaca a importância das escolas na identificação e prevenção do abuso, pois muitas crianças sofrem em silêncio por medo. O projeto visa aumentar a conscientização de professores, alunos e pais sobre o abuso sexual, reconhecendo sinais de alerta e promovendo intervenção. Acredita-se que a divulgação de cartazes nas escolas ajudará a combater o problema e conscientizar a sociedade sobre a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

O Parecer Jurídico n.º 022/2024, do advogado público desta casa, que segue em anexo, entende que não haver óbice a que a matéria seja convertida de Projeto em LEI, pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e posteriormente pelo excelso plenário desta Casa.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



## 2. VOTO DO RELATOR

Considerando que o presente projeto de lei atende aos aspectos formais e materiais de constitucionalidade, estando na competência municipal, nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal de 1988, art. 17, I, da Constituição do Estado do Paraná, e art. 20, I, da Lei Orgânica do Município de Guaíra.

O art. 227, da Constituição Federal de 1988 estabelece como dever do Estado “assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Ainda na Constituição, ficou definido em seu art. 227, §4º, que “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.”

Nesse sentido, o projeto de lei em análise tem o condão de efetivar os direitos constitucionais reservados as crianças e adolescentes, razão pela qual manifesto meu **voto favorável** a sua tramitação.

Sala de Reuniões, em 15 de maio de 2024.

  
**LUIS FERROQUINA**  
Relator





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**3. PARECER DA COMISSÃO - FAVORÁVEL**

Os demais membros da Comissão acompanham o voto do relator, de forma que o Projeto de Lei nº 019/2024 de iniciativa das Vereadoras Cristiane Giangarelli e Mirele Paula Cetto Leite, possa ser discutido e votado em plenário.

Sala de Reuniões, em 15 de maio de 2024.

  
**RUAFI EDSON FRANCO PEDROSO**  
Presidente

  
**KARINA BACH**  
Secretária  
(Ausente)

*Aido em Sessão Ordinária*  
*20/05/2024*